

APRESENTAÇÃO

Rafael Lima Ribeiro¹

Esta quarta edição da Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – RBDCA tem a honra de apresentar ao público - depois de artigos originais em língua portuguesa, na língua inglesa e espanhola - pela primeira vez um artigo em italiano. Trata-se do artigo intitulado “*Le servitù coattive nel dibattito sulla funzione sociale della proprietà*”, em que a autora, professora doutora Vitulia Ivone discute a função social da propriedade privada por meio da Constituição da República Italiana e sua influência sobre o Código Civil de 1942, no que diz respeito ao instituto jurídico de direito real da servidão predial e, em especial, sobre as razões da chamada servidão coercitiva.

O advogado Lutero de Paiva Pereira, em artigo intitulado “A administração interventiva e a ação normatizadora e fiscalizatória do estado na formação e condução das políticas para o setor privado: o caso do mútuo rural” explicita argumentos positivos e negativos da intervenção estatal no âmbito privado, mormente, na área agrária.

Tanto o artigo da professora Vitulia Ivone, como do advogado Lutero de Paiva Pereira perpassam questões de direito privado, que, no entanto, partem da Constituição, seja da italiana, no primeiro caso, ou da brasileira, no segundo; demonstrando a necessidade de compatibilização do direito infraconstitucional ao direito constitucional.

O juiz federal aposentado Paulo Fernando Silveira, com a sua costumeira erudição e domínio da doutrina estadunidense, em artigo intitulado “Panorama dos direitos individuais e a garantia de sua tutela pelo poder judiciário” aborda o papel

¹ Editor-Chefe da Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado, Professor de Direito Penal, Processo Penal e Prática Jurídica do Centro de Ensino Superior de São Gotardo-CESG, onde coordena o Núcleo de Prática Jurídica Des. Pedro Bernardes, Mestre em Direito Internacional pela PUC-MG, Especialista em Ciências Penais e Bacharel em Direito, pelo Centro Universitário Newton Paiva, onde foi monitor, após concurso, das disciplinas: Criminologia, Direito Constitucional e Processo Penal, Advogado, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 2 – nº 2 – Jul./dez. de 2015	Trabalho 01 Páginas 01-03
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

fundamental do poder judiciário como uma força contramajoritária na e para a defesa dos direitos individuais.

O professor Vinícius Augusto Brito Jardim, em decorrência de seus estudos de mestrado na universidade de Coimbra, em artigo intitulado “A liberdade de associação no âmbito do tribunal europeu dos direitos do homem: o Caso “Maestri v. Itália” e a Discussão Sobre a (In)Compatibilidade do Exercício da Magistratura por Maçons”, a partir da doutrina Constitucional portuguesa, em um fascinante estudo de caso, relata o embate das prerrogativas institucionais da magistratura para com os direitos de liberdade de expressão e autodeterminação do indivíduo.

Como poderá se depreender da leitura dos artigos, entrelaça-se o artigo do juiz Paulo Fernando Silveira com o artigo do professor Vinícius Augusto Brito Jardim, uma vez que ambos centram-se seus olhares no poder judiciário, bem como nas prerrogativas e no papel que cabe ao magistrado.

Os professores Daniel Mello e João Eduardo Lopes Queiroz, também em decorrência de estudos de pós-graduação (doutorado), desta vez, na Universidade de Buenos Aires, em artigo intitulado “A ação popular como garantia constitucional de efetivação do direito fundamental à boa administração pública” discorrem sobre o instituto da ação popular evidenciando-a como uma forma de controle jurisdicional da administração pública de significativa importância para afirmação da soberania popular.

Por fim, a doutora Márcia Walquiria Batista dos Santos, mais uma vez nos brinda com artigo de sua lavra, desta vez, intitulado “Mandado de segurança e reclamação constitucional: necessidade de exaurimento da via administrativa”. Trata a autora da necessidade de provocação prévia da esfera administrativa e/ou à espera do seu exaurimento, como requisito para acesso à tutela jurisdicional, buscando demonstrar a nova interpretação que poderá ser concebida a partir da vigência do Novo Código de Processo Civil.

O que se pode perceber é que, assim como há relações entre os dois pares de artigos iniciais, estes dois artigos também se entrelaçam na fundamental discussão do “Acesso à justiça”, não como uma abstração metafísica, mas como um

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 2 – nº 2 – Jul./dez. de 2015	Trabalho 01 Páginas 01-03
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

construto de direito constitucional aplicado, para nossa felicidade isto é o que a nossa revista idealizou.

Os três pares de artigos possuem traços em comum, mas nada pode ser tão comum, como o senso comum. É isso que nos diz o artigo de Rômulo Magalhães Fernandes e Anna Carolina de Oliveira Azevedo, intitulado “Os programas “polícialescos” e o espetáculo da barbárie: um estudo à luz da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes”. O que se depreende do arguto artigo é que falar sobre a mídia de massas, está que pulula ódio, é falar do senso comum e do consequentemente desrespeito aos mais mezinhos direitos humanos, nesse caso de crianças e adolescentes.

Se em realidade não houver uma ligação tão próxima dos artigos, ao menos na idealização do editor há uma conexão entre eles. O que pensa disso, caro leitor?

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 2 – nº 2 – Jul./dez. de 2015	Trabalho 01 Páginas 01-03
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com